

humanitas



Vol. XXXV-XXXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XXXV-XXXVI



MCMLXXXIII-MCMLXXXIV
C O I M B R A

Chegados aqui, apetecia-nos continuar com a *Galicia Sueva*. Só que... é outro livro e, mal saído em 1977, esgotou-se rapidamente.

A admiração que sentimos pelo trabalho de Torres Rodríguez não impede que deixemos algumas observações críticas. Nós gostámos de apreciar a sua interpretação de textos gregos. Parece-nos que eles foram copiados à mão! O pior é que em muitas palavras faltam os acentos e os espíritos (p. 56, 110, 205). Cremos que ao falar-se da Reconquista se deve mencionar o «direito de *presúria*» — um substantivo derivado do verbo *preso*, por sua vez desiderativo de *prendo* (ou *praehendo*) —, pelo que nos parece imprópria a forma «pressura» (cf. p. 142). Ao falar-se da casa urbana, diz-se que ela veio a servir de modelo aos mosteiros beneditinos e depois aos conventos medievais (p. 143). Convirá ter presente que o grande número de mosteiros hispânicos dos séculos v, vi, vii e seguintes tinha regras peninsulares (de que a de S. Frutuoso é um exemplo) e que a Regra de S. Bento só se difundiu entre nós na segunda metade do séc. xi. A propósito, nos parece que o nome de S. Frutuoso está errado na p. 218. Quem mais se distinguiu na luta contra os restos do paganismo, cujas práticas descreve no *De Correctione rusticorum*, foi S. Martinho de Braga. Também não é exacto que Prudêncio «só canta os mártires de Saragoça» (p. 226). Basta ver o índice do *Peristephanon*. Lá têm hinos próprios S. Pedro e S. Paulo (israelitas), S. Cipriano (africano), Santa Inês (jovem romana), S. Lourenço (diácono da igreja de Roma), Santa Eulália (emeritense), etc. Como a região Entre-Douro e Minho pertencia à Galécia, há muitas terras portuguesas aqui citadas. Supomos serem erros de cópia topónimos como «Freix» (em vez de *Freixo*, Marco de Canavezes) e «Avel's» (talvez *Avelos*), sem identificação suficiente (cf. p. 155 e 306).

A *Galicia Romana* de Casimiro Torres Rodríguez é um livro denso e útil. Mais ajudaria ainda a sua leitura se tivesse um índice das suas 29 gravuras e uma bibliografia geral das muitas centenas de obras citadas profusamente em rodapé. Oxalá houvesse em Espanha e em Portugal muitas Fundações como a da Corunha, «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa»!

J. G. F.

ROBERT DURAND, Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1982, p. 667.

Nunca nos tinha acontecido, depois de ter feito a recensão de um livro (cf. *Revista Portuguesa de Filologia* XVIII (1979-1984) 650-651) sentir-nos impulsionado a lê-lo mais detidamente para o examinar sob um outro ângulo, neste caso o da Filologia Latina. Sucedeu agora com a tese de doutoramento de R. Durand, o qual de há muito se vem dedicando à Idade Média Portuguesa, na fase em que a documentação é quase toda ela em latim.

O Autor propôs-se estudar a vida rural após a Reconquista cristã, limitando o âmbito da sua investigação à região entre o Douro e o Tejo nos sécs. XII e XIII. Devemos, desde já, dizer que excedeu, em muito, este propósito. Em primeiro lugar, porque numa longa *introdução* (pp. 1-52) trata da «terra e dos homens», desde a geografia, aos primeiros sinais de civilização, ao domínio romano, suévico e visigótico, à invasão árabe e ocupação muçulmana e à Reconquista cristã até 1128, traçando grandes quadros de saber muito seguro e baseado em boa bibliografia; e em segundo lugar, porque muitas vezes ultrapassa os limites geográficos propostos, para subir até à Galiza ou descer para o Alentejo, a Estremadura espanhola e a Andaluzia.

Na *primeira parte* (pp. 53-278) ocupa-se longamente do «quadro, meios e expressões do dinamismo camponês». Assim perpassam ante nós as modalidades de repovoamento, insurgindo-se contra a opinião de que o centro do País alguma vez tenha sido um deserto (pelo menos total); analisa o vigor das comunidades, especialmente da família e suas relações, manifestado na vida real das povoações, desde a aldeia ao concelho, com todas as suas instituições de relacionamento; aprecia o cultivo dos campos, com a diversidade das suas «paisagens agrárias» e com o exame dos meios técnicos de os trabalhar; e detém-se finalmente nas formas de pagamento, em espécies, em moeda e através do crédito.

A *segunda parte* (pp. 279-478) é consagrada aos «atentados às fortunas e às liberdades dos camponeses», a começar pela «senhoria». Vem a propósito descrever a constituição da riqueza rural, tanto de leigos como de instituições religiosas; analisar os seus modos de exploração, discutindo a função do *palatium*, da *quintana* e da *senara*; apreciar o tipo de contratos e de pagamento dos trabalhadores ao senhorio; examinar os produtos e o seu valor, como os gados, os cereais, o vinho, o azeite e os pomares; e por fim o modo como se exercia o direito do senhorio sobre os seus homens, ora com a protecção real, ora com práticas abusivas.

A *terceira parte* (pp. 479-618) refere-se à «fixação das hierarquias e das funções». Dentro do estilo da história económica e social, vemos agora a definição das classes sociais no seu viver quotidiano: os trabalhadores da terra, desde os escravos mouros, aos servos cristãos e a outros economicamente débeis; os possuidores de animais de trabalho, com a sua independência relativa e os impostos a que estavam sujeitos; os cavaleiros vilãos, em busca de uma situação nobilitante; os nobres e cavaleiros de linhagem, no exercício das suas funções e no gozo dos seus privilégios.

Como vemos, são todos os aspectos da vida rural que R. Durand estuda, podendo em muitos casos aplicar-se os mesmos conceitos e valores a outras regiões e até a outros tempos que não apenas os sécs. XII e XIII.

Um aspecto é desde o início posto em relevo. O exame é baseado sobre a documentação existente; e esta é de origem predominantemente eclesiástica e refere-se sobretudo à faixa do centro e do litoral, ficando o interior beirão quase entregue aos actos régios (forais e inquéritos). O mapa da p. XXV é bem elucidativo. Precisamente nós apreciamos que o Autor faça numerosas transcrições de textos latinos, definindo o valor das palavras, fazendo a sua história e discutindo a evolução dos conceitos. «Il faut donc retourner aux textes», diz programaticamente (p. 528). Sendo assim, quase em todos os capítulos e a propósito de cada secção, nós temos uma parte lexical que muito interessa ao estudioso do Latim Medieval. O *índice de vocábulos latinos* incluídos no «index analytique» (pp. 645-652) torna-se muito útil. Chega a discutir-se o género de *mancipius*, *mancipium*, notando que ele é raro,

mesmo no feminino, *mancipias*, na nossa documentação (p. 487). A polivalência da situação dos «cavaleiros vilãos» dá origem a que, para determinado passo, sejam propostas duas traduções (p. 536). Sobre o *praestimonium seu feudum* faz-se uma autêntica disquisição histórico-filológica (pp. 595-601). Muito úteis aos romanistas e etnógrafos são os nomes dos instrumentos de trabalho e das alfaias agrícolas (pp. 205-211). Nós que procuramos descobrir a pronúncia «portuguesa» por detrás de certas ortografias «latinas» não podemos deixar de reparar em formas como «villa de *Cogia*» (p. 85).

Atendendo à relativa escassez da documentação da região raiana e à sua intervenção relativamente tardia na História de Portugal, mais de apreciar é que as referências ao interior beirão sejam, apesar de tudo, bastante numerosas. Limitando-nos à área que vai desde o Zêzere até ao Erges e desde o Tejo até à Covilhã, notamos menções várias de Abrantes, Almourol, Alpedrinha, Belver, Castelo Branco, Castelo do Zêzere (Constância), Covilhã, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Meimoa, Monsanto, Penamacor, Proença-a-Nova, Proença-a-Velha, Ródão, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, S. Vicente da Beira, Sarzedas e Vale de Lobos.

A propósito de localidades, diga-se que, por vezes, ficamos confundidos. O que é e a que equivale *Monsalude*? (p. 80). Tentúgal, concelho de Montemor-o-Velho, não é, por certo, no distrito de *Viseu* (p. 641), mas no de Coimbra.

Mais grave nos parece o caso de um termo corrente nos contratos medievais: — a *incommuniatio*, encomuniação. R. Durand usa por duas vezes a expressão *cartae incommuniationis* (pp. 435 e 445). Na realidade, acaba por preferir o termo *incommunicatio* (pp. 70-71, 133 e a decisiva remissão do índice, p. 648). Ora a própria citação que faz (p. 71) diz: *ego Suarius et uxor mea incommuniamus uobis...* Depois cita (p. 435) como primeiras cartas as de 995 e 1008; e ainda (p. 445) as de 1059, 1080 e 1091. Se tivesse consultado o *Elucidário* de J. Viterbo encontraria sob a palavra *encomunhas* ou *incomuniados* abonações de 959 e 983 (ambas de Mumadona) e ainda outra de Pendurada (1112). Os termos transcritos são *incommuniatus* e *incommuniamus*, os quais têm como equivalente a *incommuniatio*. O termo não é desconhecido. Julio Barthe, no *Prontuario Medieval* (Universidad de Murcia, 1979, p. 115) tem: *incomuniación* o *incomuniação*, referindo-se a uma forma de contrato vigente na Galiza e em Portugal, pelo qual homens livres se entregavam à protecção de um senhor e por isso lhe davam metade dos frutos das terras. E a propósito remete para «*behetrías* e *precaria*». Na mais antiga abonação, a de 959, temos o substantivo e o verbo juntos neste passo (VMH, IX, linhas 141-143): *in uilla de Cecili incommuniaciones de Gumilanes VI.º integra quomodo illa incommuniauerant ipsi homines ad regem*.

Digna de atenção é a longa referência que faz à palavra *angeira*, de que faz depender *geira*, contra a opinião, citada em nota, de Paulo Merêa (p. 375). Devemos acrescentar que o termo *angaria* era usado no grego e no latim tardios com o valor de «serviço forçado, tormento». Está abonado na *Epistola 258* de S. Bernardo. Nós encontrámo-lo num outro trecho literário, a *Vita Sancti Theotonii* (PMH, Scriptores, p. 86 b, linhas 32-33), onde tem o significado de «gehena», ou seja, os tormentos do Inferno (cf. J. G. Freire, *Problemas literários da «Vita Sancti Theotonii»*, Coimbra, 1984, p. 115).

Quem ler com atenção o capítulo sobre «les travailleurs-outils» (pp. 483-500) verificará que repetidamente é recordado que as referências aos escravos mouros e

aos servos cristãos não são tão frequentes nem tão contínuas no tempo que nos permitam fazer uma ideia exacta sobre a situação real da vida destes «trabalhadores», que não seriam considerados mais que «instrumentos» ou «coisas», de valor por vezes inferior ao dos animais! À falta de textos significativos para ter uma ideia da sua proliferação ou fecundidade dos casais de escravos e servos, é invocado um documento do séc. IX, proveniente do Livro Preto da Sé de Coimbra (PMH, Diplomata et Chartae, IV). Diz R. Durand: «Il s'agit d'un acte de partage de «seruus uel ancillas» descendant d'un même couple et répartis sur quatre générations. Il s'avère que sont issues des trois filles du couple initial, plus de trois cents descendants» (p. 495). Nós conhecemos bem este texto porque o submetemos a uma crítica textual rigorosa, tendente a tornar compreensíveis alguns dos seus passos corruptos (cf. J. G. Freire, *Livro Preto*, n.º 360 (A.D. 867-912) in «Humanitas» 33-34 (1981-1982) 247-251). Em nosso estender, trata-se não de «quatro», mas de três gerações de descendentes; e a primeira geração é constituída não apenas por «três filhas do casal inicial», mas por três filhas e quatro filhas, apresentados no texto pela seguinte ordem: Ildoia, Fragulfo, Sisegúndia, Gomesinde, Dadina, Vivituro e Vivino. Além disso, se é certo que o documento conta expressamente 316 descendentes de Avito e Vedragese (filhos, netos e bisnetos), a sua proliferação foi ainda maior, porque não foi contado um número indeterminado de filhos e netos de Fragulfo, de Dadina e de Gomesinde, em virtude de lhes ter sido concedida a liberdade: ...*Fragulfi quos in < redemptione > dimisimus* (linha 4); *extra medietate de filios uel neptos Dadine* (linha 6); *Gomesindi (...)* qui de ista noticia supersunt (linhas 7-8).

Numa obra tão meritória e com uma bibliografia tão repartida e sistematizada — fontes manuscritas, f. iconográficas, f. impressas, f. jurídicas e diplomáticas (entre estas se contam os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho sobre Arouca e do próprio R. Durand sobre o cartulário de Grijó), obras que não se referem à Península Ibérica, obras relativas à P. I. excluindo Portugal, obras consagradas exclusivamente a Portugal e obras relativas à economia e à sociedade portuguesas nos séculos XI e XII, pp. XV-XXVII — quase custa vir pedir que incluisse mais livros. Mas a verdade é que R. Durand diz a certo passo «que de entre as paróquias mencionadas no *Parochiale* suévico, uma só (Arouca) pôde ser identificada depois da conquista muçulmana entre Douro e Mondego» (p. 61). É certo que se abona em Pierre David. Mas depois disso a investigação continuou. Encontrará muitas mais identificações no livro de A. de Almeida Fernandes, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas* (Viana do Castelo, 1968). Aliás só deste autor viria a propósito colher lições e abonações nos seus livros: *Notas às origens portuguesas* (Porto, 1968); *Esparsos de História (sécs. XII e XIII), com 143 documentos inéditos (73 do séc. XII)*, Porto, 1970; *Território e política portuguesas*, Porto, 1972; *Portugal no período vimaranense (868-1128)*, Guimarães, 1972; *Ação dos Cistercienses de Tarouca. As granjas nos sécs. XII e XIII. Com 128 documentos inéditos*, Guimarães, 1976; além de várias outras obras suas sobre este período, como *A Honra de Gouviães (Tarouca) e sua estirpe (sécs. XII-XVI)*, Braga, 1971, em que se discutem conceitos como *domneco, filii bene natorum, dominium, quintã, honra*, etc.

Não devemos terminar sem anotar que R. Durand valorizou a apresentação da sua magnífica obra com 8 mapas, 10 fotografias por ele tiradas e a reprodução

(a preto e branco) de uma ilustração do «Apocalipse de Lorvão». Por todo o seu esforço de investigação, tão bem conseguido, temos nós, os portugueses, que esta: -lhe muito gratos.

J. G. F.

PEDRO ROMANO ROCHA, L'Office Divin au Moyen Age dans l'Église de Braga. Originalité et dépendances d'une liturgie particulière au Moyen Age. Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1980, 523 p. (= Cultura Medieval e Moderna, XV).

Depois dos estudos fundamentais que à liturgia e história de Braga dedicaram, nos últimos decénios, J. Augusto Ferreira, Pierre David, Avelino de Jesus da Costa e Joaquim O. Bragança, temos agora perante nós a tese de doutoramento que Pedro Romano Rocha defendeu, em 1976, no Instituto Superior de Liturgia, em Paris. J. O. Bragança fez um estudo monográfico aprofundado sobre o *Missal de Mateus* (Fund. Gulbenkian, Lisbonne, 1975); P. R. Rocha consagra este estudo a outro livro basilar da liturgia bracarense, o chamado *Breviário de Soeiro*, ou seja, o ms. 657 da Biblioteca Pública de Braga.

Começemos por reconhecer que P. R. Rocha não se limitou à descrição e análise do códice. Muito instrutivamente, traçou uma história resumida do Rito Bracarense, dentro da qual insere a sua investigação. Assim, temos uma *introdução* (p. 31-47) em que, em primeiro lugar, se apresenta *A igreja de Braga do século V ao século XII*, isto é, desde o primeiro bispo documentalmente comprovado, Paterno (ano 400), até às discussões sobre a divisão das igrejas sufragâneas no tempo do arcebispo de Compostela, D. Diego Gelmirez (1100-1139); e em seguida se delineiam os mais antigos traços de *A Liturgia de Braga*, com Profuturo (538), Martinho (561), unidade visigótica (633), implantação do rito romano na *Hispania* depois de 1074 e constituição do novo «costume litúrgico de Braga», a partir de então.

Está criado o ambiente para se consagrar a *Primeira Parte* a *O Breviário de Braga* (p. 49-378). Aqui principia-se pelos *testemunhos* actualmente existentes (manuscritos e impressos). Entre os manuscritos assinalamos um do séc. xv, que é propriedade do Cônego Dr. Avelino da Costa, e entre os impressos um outro que se encontra na Câmara Municipal de Cantanhede, sendo este um dos três exemplares conhecidos da edição de 1494.

A descrição do *Breviário de Soeiro* (cap. II, p. 55-378) principia por breves elementos paleográficos e desce depois a uma análise minuciosa de cada uma das partes, peça por peça, com a identificação possível, em relação a outros breviários da *Hispania* e de toda a Europa Ocidental. A índole da nossa revista não nos deixa deter-nos aqui. Bastará dizer que são passados à feira o calendário (com valiosas notas históricas), o saltério, os cânticos (não percebemos porque há-de o título dizer que trata dos «cânticos do Antigo Testamento», quando afinal inclui